

## “a antropologia da infância chegou para ficar”: entrevista com david lancy

david lancy<sup>1</sup>  
utah state university, logan, estados unidos da américa  
orcid id: 0000-0003-0132-5053

chantal medaets<sup>2</sup>  
universidade estadual de campinas, campinas, brasil  
orcid id: 0000-0002-7834-3834

gabriela guarnieri de campos tebet<sup>3</sup>  
universidade estadual de campinas, campinas, brasil  
orcid id: 0000-0002-2786-5907

flávia ferreira pires<sup>4</sup>  
universidade federal da paraíba, João Pessoa, brasil  
orcid id: 0000-0003-0572-3542

### resumo

O texto discute a consolidação do campo da antropologia da infância a partir de um diálogo com David Lancy, professor emérito de antropologia na Universidade do Estado de Utah, Estados Unidos, e uma das figuras-chave da institucionalização do campo naquele país. A partir de uma entrevista com Lancy na ocasião do lançamento da terceira edição de seu livro *The Anthropology of Childhood*, apresentamos as principais contribuições deste autor a um público lusófono e discutimos temas chave para os estudos da infância, como os usos da noção de agência, bebês, a variabilidade cultural das categorias de idade, além da contribuição da antropologia para as pesquisas sobre infância, parentalidade e educação. Para Lancy, a antropologia da infância dá visibilidade a compreensões alternativas, em relação à psicologia do desenvolvimento infantil, sobre a infância e sobre processos de aprendizagem, trazendo novas questões e novas perspectivas. Com base num amplo levantamento de pesquisas etnográficas, o autor afirma a significativa quantidade de registros feitos por antropólogos sobre as vidas de crianças em diferentes culturas, enfatizando as distinções entre, de um lado, as infâncias de povos originários e tradicionais e, de um outro lado, infâncias ocidentais e urbanas, que ele sugere agrupar, seguindo uma denominação cada vez mais frequente nos Estados Unidos, como sociedades “WEIRD” [extraño], um acrônimo para “*Western, Educated, Industrialized, Rich and Democratic Societies*”. Nesta entrevista, Lancy ressalta que os trabalhos antropológicos sobre infância em povos originários ou povos tradicionais, quando bem conduzidos, possuem o potencial de produzir um efeito de grande respeito e legitimidade às formas de pensar sobre a infância e educação desses povos.

**palavras-chave:** antropologia da infância; agência; parentalidade; educação; povos originários.

---

<sup>1</sup> E-mail: david.lancy@usu.edu

<sup>2</sup> E-mail: cmedaets@unicamp.br

<sup>3</sup> E-mail: gabigt@unicamp.br

<sup>4</sup> E-mail: ffp23279@gmail.com



## **“the anthropology of childhood is here to stay”: interview with david lancy**

### **abstract**

This article discusses the consolidation of the field of Anthropology of Childhood through a dialogue with David Lancy, an emeritus professor of Anthropology at the University of Utah, and a key figure in the institutionalization of the field in the United States. Drawing from an interview conducted with Lancy on the occasion of the launch of the 3rd edition of his book *The Anthropology of Childhood*, we introduce a Portuguese-speaking audience to his main contributions. We explore key themes in Childhood Studies, such as the utilization of the concept of agency, babies and the cultural variability of age categories, and Anthropology's contribution to research on childhood, parenting practices and education. For Lancy, the anthropology of childhood gives visibility to alternative understandings of the psychology of child development, childhood and learning processes, with the aim of raising new questions and offering new perspectives. Based on a broad survey of ethnographic research, the author affirms the significant amount of records made by anthropologists about the lives of children in different cultures, emphasizing the distinctions between, on the one hand, the childhoods of original and traditional peoples and, on the other, Western and urban childhoods, which he suggests grouping, following a denomination increasingly common in the United States, as "WEIRD" societies, an acronym for "Western, Educated, Industrialized, Rich and Democratic Societies." In this interview, Lancy argues that anthropological work on childhood among indigenous or traditional peoples, when well conducted, has the potential to foster greater respect and legitimacy for ways of thinking about childhood and education among these peoples.

**keywords:** anthropology of childhood; agency; parenting practices; education; indigenous peoples.

## **“la antropología de la infancia llegó para quedarse”: entrevista con david lancy**

### **resumen**

Este texto aborda la consolidación del campo de la Antropología de la Infancia a través de un diálogo con David Lancy, profesor emérito de Antropología en la Universidad del Estado de Utah, Estados Unidos, y una de las figuras clave en la institucionalización de este campo en dicho país. A partir de una entrevista realizada a Lancy con motivo del lanzamiento de la tercera edición de su libro *The Anthropology of Childhood*, presentamos las principales contribuciones de este autor a un público de habla portuguesa y discutimos temas clave para los Estudios de la Infancia, tales como el uso del concepto de agencia, bebés y la variabilidad cultural de las categorías de edad y la contribución de la Antropología a las investigaciones sobre infancia, parentalidad y educación. Para Lancy, la antropología de la infancia da visibilidad a comprensiones alternativas, en relación con la psicología del desarrollo infantil, sobre la infancia y sobre los procesos de aprendizaje, trayendo nuevas preguntas y perspectivas. A partir de un amplio relevamiento de investigaciones etnográficas, el autor afirma la importante cantidad de registros hechos por antropólogos sobre las vidas de niñas y niños en diferentes culturas, enfatizando las distinciones entre, por un lado, las infancias de los pueblos originarios y tradicionales y, por el otro, las infancias occidentales y urbanas, que él sugiere agrupar, siguiendo una denominación cada vez más común en Estados Unidos, como sociedades "WEIRD", acrónimo de "Western, Educated, Industrialized, Rich and Democratic Societies" [Sociedades Occidentales, Cultas, Industrializadas, Ricas y Democráticas]. En esta entrevista, Lancy destaca que el trabajo antropológico sobre la infancia entre los pueblos

“a antropologia da infância chegou para ficar”: entrevista com david lancy

originarios o tradicionales, cuando está bien realizado, tiene el potencial de producir un efecto de gran respeto y legitimidad por las formas de pensar sobre la infancia y la educación de estos pueblos.

**palabras-clave:** antropología de la infancia; agencia; parentalidad; educación; pueblos originarios.



“a antropologia da infância chegou para ficar”: entrevista com david lancy

### *introdução*

Neste texto vamos discutir a consolidação do campo da antropologia da infância a partir de um diálogo com David Lancy, professor emérito de antropologia na Universidade do Estado de Utah, Estados Unidos, e uma das figuras-chave da institucionalização do campo naquele país. Desde meados dos anos 1990, as pesquisas de Lancy têm se caracterizado pela construção de uma análise antropológica comparativa da vida de crianças em diferentes sociedades e seu livro, *The Anthropology of Childhood: Cherubs, Chattel, Changelings*<sup>5</sup>, publicado pela primeira vez em 2008, se tornou uma referência na área pela abrangência da revisão bibliográfica proposta, atualizada em cada nova edição (segunda edição em 2015, terceira edição em 2022). Encontramos nele não apenas descrições etnográficas de diferentes aspectos da vida de crianças em sociedades de todos os continentes, como também uma síntese analítica que busca evidenciar padrões e contrastes em modelos de educação e parentalidade. Um verdadeiro tratado de quase 600 páginas!

O objetivo deste artigo é apresentar brevemente a trajetória acadêmica do autor e disponibilizar uma entrevista que realizamos com ele em agosto de 2022, na ocasião do lançamento da terceira edição de *The Anthropology of Childhood*. Chantal Medaets, antropóloga, docente na Faculdade de Educação da Unicamp, Gabriela Tebet, pedagoga e docente na mesma universidade e Flávia Ferreira Pires, antropóloga, docente na Universidade Federal da Paraíba, nos reunimos online para realizar uma entrevista com David Lancy. Era noite para David em Logan (estado de Utah) e para nós era tarde em João Pessoa, Campinas e São Paulo quando tecemos os fios desse diálogo.

---

<sup>5</sup> O título do livro em português seria *Antropologia da Infância*. O subtítulo faz um jogo com palavras que se iniciam do mesmo modo (ch), mas remetem a ideias muito distintas, apontando, assim, para as diferentes concepções de infância existentes em distintas sociedades e momentos históricos: crianças como “seres angelicais” ou querubins, crianças como valor econômico ou moedas de troca e crianças “enfeitadas”. Com relação ao último termo, “changeling”, de acordo com o dicionário português-inglês *Linguee*: “No folclore europeu e na crença popular, uma criança trocada (em francês ‘changelin’ ou ‘changeon’, e, em inglês, ‘changeling’) é a prole de uma fada, troll ou outra criatura lendária que foi deixada secretamente em troca de uma criança humana”.

Nossa intenção é disponibilizar ao público que lê português, ainda carente de traduções dos textos de David Lancy, que escreve em inglês, um pouco do conteúdo de sua obra. Um dos nossos objetivos é facilitar o acesso às suas ideias à comunidade brasileira e lusófona. Ao fim e ao cabo, interessa-nos contribuir para os Estudos da Infância a partir das nossas singularidades, sejam teóricas, éticas, metodológicas e principalmente etnográficas. Para isso, tomar conhecimento da obra de David Lancy, um expoente da antropologia da infância nos EUA, nos pareceu importante. Cabe ainda dizer que o texto aqui apresentado foi revisado também por Lancy.

Navegando entre a antropologia e a psicologia, David Lancy realizou sua tese de doutorado sob a orientação de Michael Cole, um dos nomes centrais, na psicologia, do estudo da influência das culturas sobre processos cognitivos, aprofundando as perspectivas abertas por Lev Vygotsky nessa direção<sup>6</sup>. Sob supervisão de Cole, Lancy realizou sua primeira pesquisa de campo entre os Kpelle, da Libéria, África, quando fez uma “guinada definitiva para a antropologia”, como relata na entrevista. O livro fruto da etnografia junto ao Kpelle, *Playing on the Mother Ground: Cultural Routines for Children's Development*<sup>7</sup>, foi publicado em 1996. Lancy trabalhou em seguida na Papua Nova Guiné, Oceania, antes de iniciar o trabalho que continua hoje, com foco na abordagem comparativa de infâncias em diferentes contextos.

Além de livros e artigos acadêmicos, Lancy tem também publicado livros destinados ao público não acadêmico, como *Raising Children: Surprising Insights from Other Cultures*<sup>8</sup> (2017) ou *Learning Without Lessons: Pedagogy in Indigenous Communities*<sup>9</sup> (2024). A cada vez, como ele nos conta, seu objetivo é ampliar os horizontes de pais e educadores apresentando maneiras de educar e de conceber a infância de povos indígenas e povos tradicionais de diferentes regiões do mundo. Nisso ouvimos ecos do legado de Margaret Mead, que, da mesma maneira, nunca se furtou a contribuir para a educação das crianças e dos adolescentes de seu

---

<sup>6</sup> Para uma apresentação em português das pesquisas de Michael Cole, ver Smolka *et al.* (2011).

<sup>7</sup> Uma tradução do título do livro para o português poderia ser: “Brincando no quintal das mães: rotinas culturais para o desenvolvimento infantil”.

<sup>8</sup> “Criando filhos: *insights* de outras culturas”, tradução nossa.

<sup>9</sup> “Aprendendo sem aulas: pedagogia em comunidades de povos originários”, tradução nossa.



próprio país. O que para alguns pode ser visto como sua faceta etnocêntrica, para nós pode relevar um compromisso político com a infância e com o bem-estar das crianças e adolescentes.

Antes de iniciar o texto, cabe um esclarecimento de vocabulário. Durante a entrevista e em seus escritos, Lancy faz muitas vezes referência ao termo “*indigenous*”. Adotado pelas Nações Unidas e amplamente difundido internacionalmente, o termo pode ser traduzido em português por povos “*indígenas*” ou “*originários*”<sup>10</sup>, remetendo a povos originários de diferentes países. Em sua página de apresentação do tema, a agência multilateral define “*indigenous people*” como sendo

herdeiros e praticantes de culturas únicas e formas distintas de se relacionar com as pessoas e o meio ambiente. Eles mantêm características sociais, culturais, econômicas e políticas que são distintas daquelas das sociedades dominantes em que vivem. Apesar de suas diferenças culturais, os Povos Indígenas de todo o mundo enfrentam problemas comuns relacionados à proteção de seus direitos como povos distintos.<sup>11</sup>

Uma discussão sobre a construção dessa categoria na esfera dos organismos internacionais pode ser lida em Bellier, Cloud e Lacroix (2017). Lancy defende que há um interesse em contrastar, por um lado, modelos de parentalidade e educação de povos originários e povos tradicionais, daqueles de sociedades urbanas ocidentais por outro. Esse será um dos pontos, entre outros, de discussão na entrevista.

### *entrevista*

**Chantal:** David, gostaríamos de começar esta entrevista com uma pergunta sobre a sua motivação para escrever este livro, *The Anthropology of Childhood*. Nós sabemos, porque você conta no prefácio, que este livro é uma resposta ao famoso artigo de Lawrence Hirschfeld, “*Why don’t anthropologists like children?*”<sup>12</sup> (2002). E

---

<sup>10</sup> Termos que se distinguem, em sua etimologia, do termo “índio”, que, como se sabe, além de carregar conotação fortemente pejorativa em português, remete ao lendário erro de Cristóvão Colombo, que teria pensado ter chegado às “índias” quando aportou no continente americano.

<sup>11</sup> Definição disponível em:

<https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/about-us.html>. Para uma discussão e histórico, em documentos das Nações Unidas, ver:

[https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/5session\\_factsheet1.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/5session_factsheet1.pdf)

<sup>12</sup> “Por que os antropólogos não gostam de crianças?”, tradução nossa.

você na verdade vai dizer, “não, os antropólogos gostam sim de crianças! Existem muitos registros antropológicos sobre a infância”. Mas, para além desta motivação em mostrar a diversidade das infâncias, que mensagem você quis passar, ou o que você quis transmitir reunindo aqui todas essas informações, de diferentes contextos culturais, nesse grande compêndio comparativo sobre as infâncias em diferentes culturas?

**David:** No começo meu objetivo era bem modesto. Eu estava mesmo simplesmente tentando responder a este artigo, que foi publicado em 2002 na *American Anthropologist*. Como alguém podia publicar uma declaração como essa, numa revista tão cotada, e não haver ninguém para criticá-lo? Eu mesmo já estava há um tempo na antropologia da infância, desde a publicação de *Playing on the Mother Ground*, sobre as crianças na Libéria, em 1996. Então, o artigo foi quase um insulto pessoal. E havia muitos outros... Então eu comecei a retomar e expandir minha revisão bibliográfica para elaborar essa resposta. E, nesse movimento, eu comecei a me fazer a pergunta: “Bom, e quão típicas são essas crianças?”. Ou seja, estou olhando para um comportamento que é universal ou que se encontra com frequência em algumas culturas? Então, a outra motivação para mim, a partir daí, para além de simplesmente dizer, “não, você está errado, os antropólogos olharam sim para as infâncias”, a outra motivação começou a ser a de tentar abordar a questão do que é natural e do que é cultural.

Eu parti de uma abordagem indutiva, ou seja, tentei partir com o mínimo possível de noções pré-concebidas, de temas pré-definidos, e eu simplesmente fui buscando e reunindo todas as referências, todas as descrições etnográficas da infância. Não me limitei a livros que tinham infância no título ou no resumo. Muitas vezes era apenas uma página ou um parágrafo num livro sobre um determinado povo, só uma página em que o autor falava sobre as crianças. Isso já era suficiente para eu inseri-lo no meu quadro comparativo. Então, em certo sentido, se levamos em conta a totalidade dos registros etnográficos, as crianças são de fato uma parte bastante pequena do conjunto total. Elas também foram poucas vezes o objeto central de pesquisas antropológicas, pelo menos até os anos 1990, aproximadamente. Nisso eu concordo com Hirschfeld. Mas quando se pensa



que há milhares, literalmente milhares de descrições etnográficas sobre a vida de crianças em diferentes contextos culturais, então não é pouco material que se tem! O número de referências à vida de crianças é substancial.

E quando comecei a trabalhar neste material, tive de organizar as informações e comecei a buscar padrões que emergissem dos dados apresentados. Algumas categorias eram bem evidentes, uma certa cronologia... então tinha que ter um capítulo sobre os bebês, um capítulo sobre a primeira infância, um sobre adolescência. Mas havia mais do que isso. Por exemplo, uma das grandes revelações, penso, para mim e depois para outros mais tarde, foi o quanto o trabalho era uma parte importante da vida das crianças em tantos lugares. Trabalhar, ajudar os pais em seus trabalhos. Em inúmeros contextos era uma evidência, uma coisa que nem precisava ser dita. As crianças contribuem, ajudam na vida econômica dos pais, da comunidade. O número de povos originários onde isso não é verdade, onde as crianças apenas brincam e não trabalham ao lado dos pais, é baixíssimo. Na verdade, há apenas um caso realmente convincente, o dos Saan que vivem no deserto de Kalahari [Namíbia], que foram estudados nos anos 1950 e 1960. E a principal razão pela qual as crianças ali não ajudam, não participaram muito na colheita e na caça, é porque era muito perigoso. As crianças ali não podiam acompanhar os seus pais porque acabavam atrasando demais toda a atividade.

Assim, um a um, encontrei estes temas, estes padrões, e fui organizando também o material, e inserindo discussões teóricas. E, finalmente, quando cheguei na terceira edição, minha intenção não era apenas mostrar ao mundo que existem antropólogos que estudaram crianças. Minha intenção era tornar acessível o que esses antropólogos encontraram como alternativa às teorias predominantes no desenvolvimento infantil. Em outras palavras, sinto realmente que a antropologia pode apresentar uma visão alternativa da infância e do desenvolvimento infantil em uma série de aspectos importantes. Então, essa é minha visão.

**Chantal:** Nós sentimos mesmo no livro esta intenção de dialogar com a psicologia, sobretudo com a psicologia do desenvolvimento, seu desejo de mostrar

um caminho alternativo. Ainda hoje, como lembra a Barbara Rogoff<sup>13</sup>, na psicologia, muitas vezes, faz-se uma referência a uma criança universal, a criança faz isso, ou aquilo, em tal idade... sem levar em conta diferenças culturais.

**Gabriela:** E justamente por esse esforço de diálogo que você faz com a psicologia, gostaríamos de ouvi-lo sobre a sua trajetória. Você tem um mestrado em Psicologia na Universidade da Califórnia e seu doutorado é em Educação e Desenvolvimento, na Universidade de Pittsburgh, com ênfase em antropologia. Então queríamos que nos contasse como você começou a trabalhar sobre a infância numa perspectiva antropológica? E como é que chegou ao seu primeiro trabalho de campo na Libéria?

**David:** Ok, então, como estudante de graduação, especializei-me em psicologia. Não inicialmente. Inicialmente, estudei engenharia química, mas isso não servia para mim. Por isso, mudei para psicologia. Fiz algumas aulas de Introdução à psicologia e achei muito interessante. E depois, ao longo dos meus vários anos de faculdade, concentrei-me gradualmente nos estudos sobre infância, desenvolvimento infantil, na psicologia infantil. Fui para a pós-graduação na Universidade da Califórnia, Irvine, permanecendo no campo da psicologia. No entanto, na minha residência do segundo trimestre, o meu supervisor, Michael Cole, me disse “David, você tem trabalhado neste projeto de pesquisa onde estamos fazendo testes com crianças para medir diversos tipos de competências”, e eu estava mesmo aplicando esses testes na Califórnia, e ele perguntou: “Você não gostaria de ir para a Libéria?”. Era o outro local onde fazíamos estudos. A ideia era obter dados e comparar as duas culturas. E assim eu fui! Fui até lá e fiquei no projeto durante dois anos.

E nós estávamos recolhendo todos estes dados e, sinceramente, não foi muito interessante. Ou, na verdade, melhor dizendo, havia muitos problemas. Porque, basicamente, o que emergiu foi que os testes não pareciam fazer muito

---

<sup>13</sup> Psicóloga e professora da Universidade de Califórnia, Santa Cruz, Barbara Rogoff é um nome de destaque na psicologia cultural. Seu livro *The Human Nature of Cultural Development* (2003) é uma referência na área. Rogoff atuou no *Laboratory of Comparative Human Cognition*, colaborando com Michael Cole e Sylvia Scribner, entre outros. Colaborou, também, em diferentes projetos, com o próprio Lancy, além de Patricia Greenfield, Susan Gaskins e Jean Lave.



sentido para as crianças de lá, a menos que tivessem ido à escola<sup>14</sup>. Por isso, tivemos muito cuidado na análise. Michael Cole tinha preparado o projeto de forma a testar as crianças que não tinham ido à escola, mas para essas crianças o teste parecia não estar fazendo sentido. E houve toda uma reflexão depois sobre esses testes da área da psicologia se apresentarem como capazes de medir o desenvolvimento infantil de forma universal, mas, na verdade, apoiarem-se, de forma subjacente, em uma lógica escolar<sup>15</sup>. Então ali na Libéria, embora a escola não fosse muito boa, era evidente que, após cerca de seis anos de escolaridade, as crianças começaram a ser bem sucedidas na realização dos testes. Demonstraram um comportamento cognitivo que foi bem-sucedido para aquele teste, enquanto que as crianças que não tinham ido à escola continuaram sem sucesso. E o que isso dizia, na verdade? Dizia que as competências cognitivas que supostamente estavam sendo testadas não eram universais. Não se estava testando habilidades reveladoras de um desenvolvimento universal, mas habilidades desenvolvidas por uma forma muito específica de socialização que é a escola. Assim, do ponto de vista do desenvolvimento da criança, o teste tinha problemas porque, no fim das contas, media competências impulsionadas pela escolaridade.

Mas, enquanto isso, enquanto eu estava fazendo todos esses testes, eu estava também vivendo na comunidade e observando crianças 24 horas por dia, 7 dias por semana! (Risos) Quer dizer, eu estava vivendo na presença de crianças, de bebês, de mães, ou seja, estava fazendo uma observação participante sem saber que estava fazendo uma observação participante. Foi, portanto, uma experiência formativa. E quando percebi, dei então uma guinada total, por assim dizer, para a antropologia.

E a Guerra do Vietnã estava acontecendo ao mesmo tempo, e eu não concordava, não queria ir para o Vietnã. Por isso, tive de fazer várias coisas para ter o direito de ser dispensado. Logo, tive de desistir do curso de pós-graduação em tempo integral e assumir um emprego como professor em um bairro com famílias em situação de pobreza. E fiz isso durante quatro anos, enquanto

---

<sup>14</sup> Resultados derivados daquele momento da pesquisa podem ser lidos, por exemplo, em Cole, Gay e Glick (1968).

<sup>15</sup> Sobre essa crítica ao viés escolar de testes na psicologia ver, por exemplo, Lave (1988).

continuava com meus estudos de doutorado em tempo parcial, nos meus estudos de pós-graduação na Universidade de Pittsburgh, e onde estudei principalmente antropologia. Eu tinha tido apenas uma aula de antropologia na graduação, por isso estava estudando antropologia agora na pós-graduação pela primeira vez. E depois fiz a minha tese, que é, digamos, 90% antropologia e 10% psicologia infantil.

**Flávia Pires:** Obrigada, David. Bom, minha pergunta é mais conceitual, sobre o conceito de “agência”, que ganhou grande visibilidade nos estudos da infância<sup>16</sup>. Então, a partir da discussão em seu artigo, “*Unmasking Children Agency*” (2012)<sup>17</sup>, gostaríamos de ouvir mais sobre isso e pensar sobre o sentido da ideia de “agência” para as crianças em contextos vulneráveis e empobrecidos, no Sul global, digamos.

**David:** Sim. A minha opção ao abordar essa questão é tentar manter-me fiel a uma perspectiva antropológica. No diálogo com estudos da infância, mantenho esse ângulo porque penso que o campo dos estudos da infância é mais ocupado por sociólogos e penso que existe uma preocupação de pensar o trabalho social, o trabalho de combate a desigualdades, por exemplo. A antropologia tem interesse maior pelas dinâmicas culturais, pelas diferenças culturais e não necessariamente preocupação de refletir sobre como transformar uma determinada situação social, como reverter desigualdades, mas de descrever lógicas de grupos específicos. E mantenho-me fiel a isso porque não pretendo resolver todos os problemas do mundo. Penso que se alguém está, digamos, nos estudos da infância ou na sociologia ou psicologia Infantil, se essa pessoa quer ter uma perspectiva antropológica, está esperando algo diferente da perspectiva que já tem, algo talvez

---

<sup>16</sup> No campo dos estudos da infância, o conceito de agência das crianças (“*children’s agency*”) foi especialmente desenvolvido por William Corsaro (1997), Allison James e Alan Prout (1996), Leena Alanen (2001), Berry Mayall (2002) e Alison James (2009, 2011). De acordo com James, os debates sobre a agência das crianças enfatizaram o papel das crianças como agentes sociais e não apenas como receptáculos dos ensinamentos dos adultos. O debate sobre a agência das crianças, assim, “alcançou não apenas a reconceitualização do que é a infância, mas também os modos como as crianças podem ser compreendidas como participantes da sociedade” (James, 2009, p. 34). Para uma perspectiva crítica a partir da América latina, ver Szulc (2019) e Kraftl, Balagopalan e Tebet (2021).

<sup>17</sup> O título desse artigo poderia ser traduzido como “Desmascarando a agência das crianças”. Nele, Lancy argumenta que o movimento da “agência” é etnocêntrico, desconsidera diferenças de classe e tem, na verdade, uma afinidade com o tipo de educação dada aos seus filhos pela burguesia contemporânea.



complementar ao que eles já possuem. Assim, quando essa questão da agência das crianças surgiu, quando se tornou uma questão muito discutida, passei um tempo considerável refletindo sobre o que isso significa nos contextos para onde vão meus interesses de pesquisa, ou seja, para infâncias de povos originários ou povos tradicionais. E aqui está o meu primeiro pensamento sobre isso: se pensarmos bem, existem na verdade dois tipos de agência. Ou seja, eu posso pegar a palavra “agência” e imediatamente extrair dela dois significados muito diferentes.

Por um lado, existe a agência como liberdade. Posso facilmente usar o termo “agência” para descrever crianças que são livres para ir a qualquer lugar, no contexto de comunidades de povos tradicionais. São contextos rurais, de pequenas comunidades e as crianças se deslocam, vão onde querem, não têm a vida controlada das crianças em ambientes urbanos com as quais somos mais familiarizados. Elas têm também liberdade para brincar com facas afiadas, o que costuma assustar nossas sensibilidades, para ir até um rio, se houver um rio perto, e mergulhar. E, se considerarmos as numerosas descrições etnográficas de crianças nesse tipo de ambiente, elas fazem tudo isto, na grande maioria das vezes, sem a supervisão de adultos. Há em geral adultos por perto, mas eles não estão ali para observar e vigiar as crianças. As crianças têm uma enorme liberdade e usam essa liberdade para se divertirem, para desfrutarem da sua infância, mas também a usam para aprenderem a sua cultura.

Então essa maneira de aprender a sua cultura, que está diretamente relacionada a essa agência pensada como liberdade, esta aprendizagem é um tema central em muitos dos meus escritos, porque, nos registros etnográficos de contextos assim, não vejo muito ensino acontecendo, com alguém intencionalmente ensinando as crianças a fazer isto ou aquilo. E como isso é possível? Como as crianças aprendem? Aprendem porque participam. Nessas comunidades é muito comum as crianças estarem presentes em todas as atividades, há pouca privacidade ou momentos em que elas sejam afastadas. A maior parte do tempo elas podem escutar, podem espiar o que se passa. É comum elas poderem participar de atividades à noite também: se há uma festa, se há uma

dança, se há uma história a contar, elas estão lá. Elas têm muita liberdade, então é “agência”, nesse sentido, de liberdade.

Já em contextos urbanos, nas sociedades ocidentais, urbanas, sociedades onde nós, pesquisadores da infância, em sua maioria, moramos, as crianças não têm esse tipo de agência, ou têm muito pouco, porque somos superprotetores, preocupamo-nos com elas e vemos o mundo como perigoso, e vemos todos os riscos envolvidos. E também as condições são talvez concretamente mais arriscadas, no sentido de que há carros, um número muito maior de pessoas desconhecidas. Por isso, as crianças nesse ambiente não têm tanta agência no sentido de liberdade.

Mas o segundo sentido de agência, o sentido mais comum associado a essa palavra, é agência como autoridade, ou seja, ter direitos, como se diz; ter desejos, preferências que são respeitadas e atendidas. Ter a autoridade para determinar certas coisas em suas vidas. E é claro que na sociedade ocidental, urbana, damos aos nossos filhos uma enorme quantidade desse tipo de agência. Elas podem escolher as suas próprias refeições, os seus próprios horários de refeição, pedimos a sua opinião sobre o que querem fazer, o que querem vestir, as levamos às compras. Procuramos atender às suas necessidades e ouvir os seus desejos. Prestamos atenção ao que elas dizem, ouvimos cada palavra. Temos conversas até mesmo quando ainda são bebês! É nesse sentido que lhes damos bastante autoridade. Sua voz é autorizada, consideramos que elas devem dar opinião e decidir muita coisa, enquanto nas comunidades tradicionais, se olharmos as etnografias, é muito raro as crianças terem esse tipo de agência. Em geral, elas têm que obedecer e fazer por merecer para serem ouvidas. As pessoas começam a prestar atenção e a conversar e a envolver-se mais nas suas vidas e a mostrar mais respeito pelas suas opiniões quando as crianças chegam no momento em que passam a contribuir com a comunidade, passam a colaborar nas atividades que ocupam seus familiares, seu grupo doméstico, como se diz na antropologia. Então são dois tipos de agência muito diferentes.

**Flávia:** E prolongando um pouco esse ponto, sentimos que há uma generalização do conceito de agência, ele está sendo utilizado por quase todos os



antropólogos, sociólogos e outros pesquisadores que estudam a infância, em diferentes países. O que demonstra um pouco, a meu ver, como ainda somos muito coloniais, apenas aceitando a teoria que é produzida no Norte e não estamos realmente prestando atenção ao que os nossos dados estão revelando. Os nossos dados trazem coisas diferentes, não essa criança que é vista da mesma perspectiva. Isso mostra um pouco da política da academia, da política da ciência, da forma como a encaramos, como encaramos o nosso papel, no Sul Global, como fornecedores de dados e não produzindo a nossa própria teoria.

**David:** Certamente, concordo plenamente. Quer dizer, eu tento fazer a minha pequena parte, dizendo “alto lá, vamos com calma, a ‘nossa’ maneira nem sempre é a melhor, a nossa maneira nem sempre é superior”. Eu gosto do embate, da oportunidade de marcar uma distinção com a psicologia infantil, com os meus colegas que estão na psicologia do desenvolvimento, por exemplo. O objetivo do meu trabalho, e dos trabalhos antropológicos sobre infância em povos originários ou povos tradicionais de forma geral, quando bem conduzidos, é produzir um efeito de grande respeito e legitimidade às formas de pensar sobre a infância e educação desses povos. Acho que podemos aprender muito, ou seja, nós que pertencemos a sociedades ocidentais, de classe média, urbanas. Apesar das diferenças entre nós, há uma diferença também nítida com o modo de parentalidade de povos originários ou de povos ditos tradicionais; ou seja, no caso da infância, sociedades que vivem, em sua maioria, em pequenos agrupamentos nas zonas rurais e que, apesar de em sua maioria hoje terem escolas, são sociedades nas quais a educação tradicionalmente não passava pela escola, mas cuja educação passa pela coparticipação nas atividades. Os trabalhos de Barbara Rogoff ou de outros colegas mostram muito claramente isso também, com a ideia de “aprender dando uma mão” (“*learning by pitching in*”, Paradise; Rogoff, 2009) é muito reveladora. Bom, mas no Brasil também, as pesquisas de vocês. Os trabalhos de Chantal talvez eu conheça melhor por causa do artigo que ela publicou em um dossiê que organizei da revista *Ethos*, mas os de Flávia também, ou da Clarice Cohn<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Ele se refere a Medaets (2016) e Pires (2011) (em português, ver Medaets, 2020) e Cohn (2000).

**Chantal:** E só voltando ao conceito de agência, eu queria só acrescentar; há também outro aspecto, que são as condições de emergência do conceito. A gente sabe que há uma característica política inseparável da postura acadêmica que explica a emergência da noção de “agência” nos estudos da infância. Há um desejo de produzir agência. De produzir um lugar político, mas também acadêmico, onde as crianças são ouvidas. Então há um horizonte político que influencia maneiras de agir nas pesquisas.

Mas, David, eu queria te perguntar sobre o que você estava comentando agora no final da sua última resposta, as diferenças internas às sociedades urbanas, ocidentais. Quando pensamos, por exemplo, nas pesquisas de Annette Lareau (2003, 2007), que mostra claramente estilos parentais diferentes em função da classe social dentro da sociedade norte-americana, estamos então falando de diferenças internas às sociedades ocidentais. Você as reconhece, mas o seu trabalho se estrutura bastante na distinção entre, de um lado, as infâncias de povos originários e tradicionais e, de um outro lado, infâncias ocidentais e urbanas. E você faz referência a esse acrônimo WEIRD (*Western, Educated, Industrialized, Rich and Democratic societies*)<sup>19</sup>. Mas há muitas diferenças internas a essa grande categoria...

**Flávia:** Sim, e acrescentando, há diferenças internas às sociedades “WEIRD” e também diferenças entre tantos povos indígenas ou povos tradicionais.

**Chantal:** Isso. Então, não há um risco de simplificar e recair no princípio já tão criticado da “grande divisão” entre “eles e nós”?

**David:** É, de fato, esse acrônimo [WEIRD *societies*] passou a ser citado em virtualmente todos os trabalhos sobre o tema, todos os de língua inglesa pelo menos. Eles encontraram uma expressão forte, eles têm milhares de citações, milhares. Porque sintetiza algo. Mas vocês têm razão, sempre tem um lado

---

<sup>19</sup> O acrônimo WEIRD foi formulado pelo psicólogo Joseph Henrich em artigo publicado em 2010 (Henrich, 2010), e aprofundado em publicações subsequentes, para questionar a generalização excessiva de resultados de testes em psicologia, feitos majoritariamente com grupos de pessoas de sociedades que ele nomeia de “WEIRD”, fazendo referência a cada um dos aspectos do acrônimo (sociedades Ocidentais, Escolarizadas, Industrializadas, Ricas e Democráticas), mas jogando com o sentido da palavra “weird” (estranho), ou seja, nesse caso, fazendo referência à “estranheza” ou excepcionalidade das características de sociedades ocidentais em relação à maioria dos povos do mundo e de sociedades do passado.



reduzido, sempre tem. O trabalho de Lareau é magnífico por isso. É muito importante investigar as diferenças internas. Isso sem mencionar as mudanças com o tempo. Dentro das sociedades ocidentais, a mudança na forma como as crianças são vistas e tratadas, apenas nos últimos cinquenta anos, é espantosa. É enorme. Posso passar mais uma hora falando sobre isso. Mas eu penso que é importante também evidenciar padrões que se repetem. O modelo ocidental de educação e cuidado com as crianças [*child rearing*], esse dos guias que estávamos conversando no início, essa vulgata da psicologia, isso é tão difundido... E não é como se entre os diferentes povos originários e tradicionais não houvesse pontos comuns. Não estamos falando sobre todo seu modo de vida ou toda sua cosmologia, estamos falando das condições concretas de criação das crianças. Claro que existem diferenças, mas claro também que muitas coisas se repetem, basta fazer esse trabalho comparativo para ver. E há um interesse em indicar isso. Nos permite avançar, em um certo sentido, na compreensão das infâncias – no plural – e da infância – no singular – como uma fase da vida. Depois, é importante existirem etnografias detalhadas de cada grupo, que mostrem muitas diferenças ainda, aliás, como a sua, Chantal<sup>20</sup>, que questiona alguns pontos do trabalho da Rogoff, enfim, mostra que em alguns lugares da Amazônia a análise dela não funciona tão bem. Mas é interessante não começar do zero e enxergar esses pontos em comum que se vê nos registros etnográficos com tanta frequência em povos originários e tradicionais: a participação das crianças no trabalho, a não separação na vida dos adultos, o fato de aprender participando e não ser, necessariamente, ensinado... Então, cada perspectiva tem seu interesse. É o que eu penso.

**Gabriela:** David, eu queria agora ouvi-lo mais sobre estas categorias como “bebês”, “crianças” e “*toddlers*” e como cada povo, cada sociedade faz essas distinções de diferentes maneiras. No Brasil, em língua portuguesa, temos palavras para distinguir os bebês das crianças, mas não temos uma palavra para

---

<sup>20</sup> Em referência à Medaets (2016, 2020).

*toddlers*<sup>21</sup>, por exemplo. Então, gostaríamos de escutá-lo sobre estas categorias e quais são os critérios para criar categorias de diferenciação em cada contexto.

**David:** Sim. Essa é uma pergunta interessante. Para nós, nas sociedades ocidentais, o tempo, a idade é o critério principal. As categorias são determinadas pela idade, pelos meses e anos. Nas etnografias de infâncias de povos tradicionais, os pais podem nem sequer saber a data real de nascimento, o mês, o ano, quantos anos tem a criança. E não é porque não conseguiriam saber, mas é muito frequente que outros critérios sejam considerados importantes. Eles também têm, cada povo, cada contexto, existem sistemas de categorias indígenas para o período de vida, mas essa categorização se baseia não tanto na idade e mais nas nas competências, no desenvolvimento de competências.

Deixaram de mamar? Sabem andar? Podem fazer um pequeno serviço a um adulto, como levar e buscar alguma coisa em uma casa vizinha? Então, é muito mais o que a criança pode fazer, o que ela sabe fazer, é isso que determina as fases, os pontos de transição na vida da criança. E também é preciso dizer que há menos preocupação, menos obsessão, porque nas nossas sociedades medicalizadas isso beira a obsessão, com um controle sobre a progressão do desenvolvimento infantil. A criança está progredindo em um bom ritmo, ao ritmo esperado? Cumpriu todos os “requisitos de desenvolvimento” daquela fase? Quer dizer, estes pontos de transição de que falamos em termos de a criança ser desmamada, saber andar e poder se deslocar e assim por diante, não são, em geral, seguidas de tão perto ou com tanta preocupação. Nas nossas sociedades, chamamos especialistas, chamamos pediatras, chamamos patologistas da fala, chamamos todo o tipo de especialistas se a criança parece não passar de categoria em categoria da forma que pensamos que deveria. Enquanto que esse tipo de preocupação raramente chega a ser grave em uma comunidade de povos originários ou nas comunidades tradicionais. Há uma espécie de *laissez-faire*, a criança se desenvolve ao seu próprio ritmo.

---

<sup>21</sup> Termo em língua inglesa que remete ao período de transição entre um bebê e ser uma criança: alguém com idade entre 1 e 3 anos de idade que está aprendendo a andar ou aprendeu recentemente. Em inglês, os termos “*baby*” ou “*infant*” remetem ao ser humano com até 1 ano de idade. Em outras culturas, contudo, há muita variação no modo como se definem os *status* etários e as etapas da vida.



**Gabriela:** É muito interessante porque traz essa visão da antropologia para pensar sobre as idades, os meses, os anos vividos. E quando você encontra essas populações em que a idade não é uma boa maneira de se referir a alguém, você precisa encontrar outras categorias. Mas, para além desse aspecto do desenvolvimento, você acha que podemos dizer que a essas diferentes fases correspondem uma espécie de *status* social diferente no grupo?

**David:** Sim, com certeza. E isso também se reporta à questão da agência, porque nós, ocidentais, concedemos agência no sentido de autoridade, como já falamos, a crianças e até mesmo a bebês. Nas comunidades de povos originários ou tradicionais se considera menos a opinião das crianças, mas elas têm mais liberdade. Considerar a opinião está ligado a um *status* social, a uma posição dentro do grupo. Então existe uma diferença muito grande entre a forma como olhamos para o mundo e a forma como os povos originários o fazem. Nossas sociedades, atualmente, porque isso mudou muito com o tempo, mas atualmente elas têm uma forma de conceder autoridade às crianças que é bastante única nos registros etnográficos.

**Chantal:** Nossa última pergunta, David, é sobre a influência das pesquisas da antropologia da infância em relação, por um lado, à antropologia geral, digamos assim, e por outro, aos outros campos dos estudos da infância e, em especial, à psicologia e à psicologia do desenvolvimento. Porque, como comentamos, foi com esse campo que você buscou dialogar, você e muitos outros antropólogos. E sabemos que houve muito avanço nesse diálogo, mas queríamos te ouvir sobre isso.

**David:** É uma pergunta desafiadora para mim porque eu poderia responder em direções opostas. Eu poderia dizer que penso que existe uma influência real, significativa, ou, ao contrário, me lamentar sobre o pouco impacto. Deixe eu me explicar. Vou apresentar primeiro a perspectiva pessimista. É um fato que as técnicas educativas, as práticas parentais mais difundidas nas sociedades ocidentais, ao menos na sua versão de uma psicologia de vulgarização, aquela de guias de educação de crianças e de cuidados com bebês que são apoiados na psicologia acadêmica, produzida nas universidades, mas são uma versão muitas

vezes simplificada para não dizer simplificadora dessas teorias, então é evidente que esse tipo de ideias e de materiais está sendo exportado para todo o mundo. Estão se espalhando pelo Sul global pouco a pouco. E a psicologia infantil, assim como a medicina e a pediatria, isso não é nenhuma novidade, elas são disciplinas dominantes no campo das pesquisas sobre a infância, sobretudo elas são dominantes em relação às ciências sociais. Particularmente, alguns dos conceitos-chaves da psicologia infantil, como a “teoria do apego”<sup>22</sup>, por exemplo, estão tão profundamente enraizados... Então, embora os antropólogos tenham contribuído para desnaturalizá-la, tenham mostrado com evidências tão consistentes que, basicamente, não há substância para a suposta universalidade da “teoria do apego”, quer dizer, ela não pode ser considerada universal. As etnografias mostram de forma clara que em cada contexto esse vínculo pode ser vivido de uma maneira. Mesmo assim, a “teoria do apego” continua sendo mobilizada e citada. Há literalmente milhares de artigos publicados sobre o “apego” das crianças. São provavelmente publicados centenas de artigos todos os anos! E deve haver mais de uma centena de psicólogos que se consideram “estudiosos do apego”. No entanto, os antropólogos já mostraram que essa teoria é mais um artefato cultural, um produto de uma determinada cultura, na qual o vínculo da criança com sua mãe ou com os principais cuidadores se vive de uma determinada maneira. E que, portanto, não é necessário viver dessa forma para ter um desenvolvimento da criança “correto”, “adequado”, “normal” etc.

Esse é só um exemplo para mostrar como é difícil penetrar e ter um impacto num determinado debate, quando se tem este grupo muito forte, quando se tem todo um campo de profissionais do atendimento à infância e de pesquisadores que se apoia nela. E não podemos esquecer que eles têm um interesse pessoal, os psicólogos, nesse caso, têm um interesse pessoal em manter o tema em voga, porque é assim que eles construíram suas carreiras também. É assim que você se

---

<sup>22</sup> Bowlby desenvolveu sua teoria do apego a partir de observações científicas sistemáticas da relação entre pais e filhos. Ele compreende o apego como um fenômeno interpessoal e interativo, destaca a importância de pais e mães para que a criança desenvolva uma base segura e indica o papel do apego no desenvolvimento da personalidade. Para conhecer mais sobre a teoria do apego, recomendamos o livro de Bowlby, originalmente publicado em 1988 e recentemente publicado em português pela ArtMed, intitulado *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego* (Bowlby, 2024).



torna um especialista, consegue publicações e bolsas de estudo, financiamento de pesquisa. Porque se você quiser ter uma carreira acadêmica, e isso não é só no caso desse conceito, ou só no caso dos psicólogos, você não pode ficar mudando o tempo todo de um tópico para o outro; é preciso uma certa estabilidade, isso faz parte do jogo acadêmico. Então não é fácil desbancar um conceito com tanta história num determinado campo disciplinar. Ele tem uma rede de legitimação. Por isso, nesse sentido, sou pessimista.

Mas há um outro lado, um outro ângulo pelo qual podemos olhar. Veja, organizações como a *Society for Research in Child Development*<sup>23</sup>, que têm milhares de membros, abraçaram nos últimos quatro ou cinco anos, elas abraçaram realmente a ideia de trazer a perspectiva antropológica para as suas reuniões anuais, para os seus *workshops*, suas revistas. E estão sendo proativos na tentativa de intensificar as vozes da antropologia nos estudos sobre desenvolvimento infantil. Ou ainda a criação de novos grupos, com enfoque interdisciplinar, como a *Society for Psychological Anthropology* no interior da *American Anthropological Association* (AAA)<sup>24</sup>. Essas institucionalizações têm um impacto considerável. Isso me permite ser mais positivo quanto ao impacto dos nossos estudos.

E quanto a outra parte da sua pergunta, sobre o impacto da antropologia da infância na antropologia *tout court*. Parece-me, eu vejo duas áreas de influência. Primeiro temos que pensar na intersecção da antropologia com os estudos da infância. O primeiro grande número de jovens estudiosos que se reuniram quando eu levantei a bandeira da antropologia da infância, o que fiz não só no livro [*The Anthropology of Childhood*, lançado pela primeira vez em 2008], mas também através do trabalho em conjunto com colegas que construíram na *American Anthropological Association* um grupo interno sobre infância, o *American Anthropological Association Special Interest Group in Children and Youth* [criado em 2007]<sup>25</sup>. Esse grupo tem hoje mais de 1.500 membros, e muitos deles se identificariam, penso eu, principalmente como pesquisadores dos estudos da infância. Portanto, penso que houve um encontro de disciplinas em torno desse

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.srcd.org/>.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://spa.americananthro.org/>.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://acyig.americananthro.org/about/acyig-history/>.

tema da infância, que também congrega muitos psicólogos, evidentemente. Esse movimento interdisciplinar entrou dentro das estruturas da antropologia, dentro de sua maior associação. A segunda área geral, segunda área que penso que a antropologia da infância teve muita influência sobre ela, é o estudo da evolução humana, que dialoga com a arqueologia também, porque muitas das teorias em antropologia evolutiva agora identificam a criança como o principal agente de transmissão cultural. Ou seja, essa teoria, e não vou entrar nisso, mas algumas das teorias centrais sobre transmissão cultural e evolução cultural e mudança cultural e assim por diante, muitas dessas teorias consideram as crianças como elementos fundamentais destes processos. Em todo caso, eu estou em diálogo com as pessoas com esse interesse. E tenho-as em mente quando escrevo. E você encontrará ao longo do livro referências, particularmente no que se refere à transmissão cultural, de autores trabalhando nesses temas a partir de evidências arqueológicas.

Então, eu, sinceramente, penso que a antropologia da infância chegou para ficar. Penso que ela vai se desenvolver, assim como o estudo antropológico da sexualidade e do gênero se desenvolveu. Esse foi um subcampo que também emergiu, como emergiu a antropologia da infância, e podemos acompanhar sua história. Eu me lembro desse maravilhoso filme nas Ilhas Trobriand, produzido por Annette Weiner, no início dos anos 1990<sup>26</sup>. Ela apresentou uma imagem completamente diferente da cultura de Trobriand do que aquela que nos havia dado Malinowski (1978)<sup>27</sup>, porque olhava para ela da perspectiva das mulheres e prestava atenção nas mulheres, no que elas faziam, nas suas vidas, e como, em muitos aspectos, elas eram mais importantes. Apresentar sua perspectiva descortinava aspectos fundamentais para a compreensão do que era a cultura Trobriand e também do que os homens Trobriand eram.

---

<sup>26</sup> Filme: *The Trobriand Islanders of Papua New Guinea* (1990). Direção: David Wason, assessoria antropológica de Annette Weiner.

<sup>27</sup> Bronislaw Malinowski é considerado um dos fundadores da antropologia moderna, propondo, pela primeira vez, uma reflexão sistemática sobre o trabalho de campo etnográfico e a necessidade de uma imersão de longo prazo no campo como pilar metodológico da disciplina. Seu trabalho junto aos Trobriand, na Melanésia, é uma obra clássica, mas foi revisitada por antropólogas mulheres, como Annette Weiner, que mostraram o quanto a atenção ao cotidiano feminino permite evidenciar dinâmicas que passaram despercebidas pelo autor, e que permitem melhor compreender a população como um todo.



Isso teve uma influência muito forte sobre mim, sobre muitos de nós, claro. E penso que a antropologia da infância trilhará um caminho semelhante. Ela surge de muitos estudos individuais que em um determinado momento são conectados, articulados entre si, e se constrói aos poucos um campo, com seus grupos, seus encontros, uma história de debates que é específica, mas que não deixa de influenciar outros subgrupos da disciplina. Como disse na resposta a Hirschfeld, quando comecei esse movimento, já havia muitos estudos individuais, mas ninguém os tinha reunido e proposto uma visão comparativa. Mas quando foram reunidos, quando se começou a pensar como um campo, as pessoas começaram a ler mais Jean Briggs, Margaret Mead etc. Então, eu penso que se pode dizer que temos um futuro certo dentro da antropologia. Fazemos parte do jogo, somos talvez ainda jogadores iniciantes, mas somos claramente um dos jogadores em campo.

## referências

- ALANEN, L. (2001). "Explanations in generational analysis". In L. Alanen & B. Mayall (Eds.), *Conceptualizing Child-Adult Relations*. London: Routledge, pp. 11-22.
- BELLIER, I., Cloud, L., & Lacroix, L. (2017). *Les droits des peuples autochtones*. Des Nations Unies aux sociétés locales. Paris: L'Harmattan, 2017.
- BOWLBY, J. (2024). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artmed Editora. Tradução de Marcos Vinícius Martim da Silva. Revisão Técnica de Cleonice Alves Bosa.
- COHN, C. (2000). *A Criança indígena: a concepção xikrin de infância e aprendizado*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COLE, M., Gay, J., & Glick, J. (1968). Some experimental studies of Kpelle quantitative behavior. *Psychonomic Monograph Supplements*, n. 2, v. 10, pp. 173-190.
- CORSARO, W. (1997). *The Sociology of childhood*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press.
- HENRICH, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The Weirdest People in the World? *Behavioral and Brain Sciences*, n. 33, v. 2-3, pp. 61-83. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20550733/> Acesso em 02/03/2024
- HIRSCHFELD, L. (2002). Why Don't Anthropologists Like Children? *American Anthropologist*, n. 6, pp. 611-27. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/684009> Acesso em 02/03/2024
- JAMES, A. (2009). Agency. In: J. Qvortrup, W.A., Corsaro & M.S. Honig (Eds). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. London: Palgrave Macmillan, p. 34-45 DOI: [https://doi.org/10.1007/978-0-230-27468-6\\_3](https://doi.org/10.1007/978-0-230-27468-6_3)
- JAMES, A. (2011). To be (come) or not to be (come): Understanding Children's Citizenship. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 633, p. 167-179.
- JAMES, A., Prout, A. (1996). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London, New York: The Falmer Press.

- KRAFTL, P., Balagopalan, S., & Tebet, G. (2021). Children's Geographies Beyond 'Agency'. In: Yelland, N., Peters, L., Fairchild, N., Tesar, M., & Pérez, M. *The Sage Handbook of Global Childhoods*. Londres. Sage Publications, p. 84-98 DOI: <https://doi.org/10.4135/9781529757194>
- LANCY, D. (2012). Unmasking Children's Agency. *Anthropochildren*, n. 2 [online]. Disponível em: <https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=1253> Acesso em 10/02/2024.
- LANCY, D. (2024). *Learning Without Lessons*. Pedagogy in Indigenous Communities. Oxford: Oxford University Press.
- LANCY D. (2017). *Raising Children: Surprising Insights from Other Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LANCY, D. (1996). *Playing on the Mother-Ground: Cultural Routines for Children's Development*. New York: Guilford Publications.
- LANCY, D. (2008). *The Anthropology of Childhood: Cherubs, Chattel, Changelings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAREAU, A. (2007). A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. *Educação em Revista*, n. 46. p. 13-82. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/edur/a/THLGbD5ZPVpcJT3Y8BBXwDC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10/02/2024.
- LAREAU, A. (2003). *Unequal Childhoods: Class, Race, and Family life*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- LAVE, Jean (1988). *Cognition in Practice: Mind, Mathematics and Culture in Everyday Life*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MALINOWSLI, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Um relato do empreendedorismo e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné, Malisésia. São Paulo: Abril Cultural.
- MAYALL, B. (2002). *Towards a Sociology of Childhood*. Buckingham: Open University Press.
- MEDAETS, C. (2016). Despite Adults: Learning Experiences on the Tapajós River Banks. *Ethos*, n. 44, v. 3, pp. 248-68.
- MEDAETS, C. (2020) *Tu Garante? Aprendizagem às margens do Tapajós*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/pz4r6>. Acesso em 02/03/2024.
- PARADISE, R. & Rogoff, B. (2009) Side by Side: Learning by Observing and Pitching In. *Ethos* 37, n. 1, p. 102-38. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1352.2009.01033.x>. Acesso em 10/02/2024.
- ROGOFF, B. (2003). *The Cultural Nature of Human Development*. Oxford: Oxford University Press.
- PIRES, F. (2011). *Quem tem medo de mal-assombro? Religião e infância no semiárido nordestino*. Rio de Janeiro/ João Pessoa: E-papers/ UFPB.
- SMOLKA, A. L., Mattos, M. I. S. L., Oliveira, M. K., Lacerda, C. B. F., Mortimer, E. F. & Barzotto, V. H. (2011). Michael Cole: psicólogo da cultura. In: T. C. Rego (Org.). *Cultura, aprendizagem e desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 63-87.
- SZULC, A. (2019). Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. *Runa*, v.lkuuill 40, n. 1, pp. 53-64. Disponível em : <https://www.redalyc.org/journal/1808/180860474004/html/> Acesso em 10/02/2024.

submetido: 06.03.2024

aprovado: 17.03.2024